

A ausência como fonte histórica em material didático em Taubaté¹.

Anahy Sobenes* PPGH-UFSC-CNPQ

Resumo: O objetivo do presente trabalho é promover uma leitura crítica do material didático de História destinado aos 9^{os} anos, pertencente ao chamado “sistema de ensino Positivo Aprende Brasil” adotado em 2009 pela Prefeitura Municipal de Taubaté (São Paulo), focando na ausência de lutas sociais importantes da História do Brasil, tais como Guerra de Canudos e Guerrilha do Araguaia.

Inspirando-se na tese defendida por Bloch (1984) de que a História é também feita a partir das ausências, pretendemos sondar possíveis razões para tais “sumiços” misteriosos, submetendo à crítica histórica os documentos escolhidos, ou seja, as próprias apostilas. Também se propõe a fazer uma revisão historiográfica dos mencionados acontecimentos ausentes.

Buscaremos analisar a fonte documental partindo de uma visão histórica baseada em uma metodologia processual que leve em consideração a história dos vencidos e dos marginalizados e por isso faz uso também de alguns conceitos do referencial marxista, tais como luta de classes, ideologia e alienação.

A partir da análise das fontes históricas citadas e do estudo da bibliografia sobre os dois movimentos sociais ausentes no material, é importante perceber a importância e dimensão dos mesmos para a formação da história nacional.

A escola é o microcosmo da sociedade e como tal reflete as disputas sociais e os diversos interesses político-econômicos. Quando ocorre a ausência de movimentos populares significativos e que demonstram a materialização da crise da exploração de uma classe sobre outra, claro está que o conhecimento não é democratizado. Mais do que isso, reflete a camuflagem que a rede de educação, ao usar esse material didático faz com as contradições do

capitalismo.

Dentro do capitalismo também, a escola tem nitidamente a função de tecnização, disciplinarização e docilização do indivíduo. Desde que a propriedade privada e a ordem social não sejam questionadas, o objetivo é universalizar a educação, “democratizá-la” (ao menos no discurso). Contudo, os movimentos sociais são, por própria definição, contestadores da ordem estabelecida e sua ausência poderia estar relacionada com o receio de que inspirassem novas lutas.

É preciso refletir sobre o valor dos movimentos sociais e sua inserção no contexto escolar, convidando a que todas as pessoas inspirem-se nos exemplos do passado, nas lutas que incomodaram tanto, para perceber que não apenas os grandes nomes mas todos são agentes históricos.

Palavras-chave: movimentos sociais; material didático; ausências.

O tema do presente artigo surgiu durante os anos trabalhados na Prefeitura de Taubaté, interior de São Paulo. Nesta cidade, em 2007, tomamos contato com o primeiro material apostilado adotado na rede, o Expoente. Em 2009 o material foi substituído e em seu lugar foi adotado o material “Positivo, Aprende Brasil”. Entre alguns detalhes importantes estão, primeiro o fato de que a Prefeitura comprou apenas as apostilas, não tendo direito aos links presentes na mesma que faziam referências a material extra, localizado na internet e depois, mais gravemente, o fato de, em 2009 o Ministério Público Federal ter acusado a Prefeitura e a Secretaria de Educação de superfaturamento das apostilas. Trata-se portanto, de tema bastante polêmico e importante quando o assunto é mercantilização do saber em detrimento de uma educação emancipatória.

Sendo assim, pretendemos aqui realizar uma leitura crítica do material

impresso de História do Ensino Fundamental de Taubaté, particularmente dos capítulos dedicados à República Velha e Ditadura Militar no Brasil, verificando o não aparecimento de importantes movimentos sociais brasileiros, tais como Guerra de Canudos e Guerrilha do Araguaia.

Sabemos que a escola é o microcosmo da sociedade e o material didático é uma ferramenta de trabalho que interfere na constituição, quer renovando quer perpetuando, as principais características desta sociedade. Frequentemente é utilizado como instrumento de controle pelos agentes do poder, na tentativa de formar uma população alienada e passiva.

A escolha do material didático é inevitavelmente política e decisória do tipo de aluno que se pretende promover: se por um lado um aluno tecnicista e pronto para encarar o mercado de trabalho, ou, por outro lado, um aluno crítico preparado para agir ativamente na sociedade e transformá-la

O uso de livros didáticos é antigo. Tais ferramentas sempre foram alvo das autoridades governamentais, sobretudo os de História que muitas vezes estão a serviço de determinadas ideologias e da continuidade de um ensino tradicional, entendido como um palco histórico onde somente se apresentam os grandes personagens, geralmente detentores do poder político, econômico e/ou militar.

Contudo, a História é também feita a partir das ausências:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (BLOCH, 1984, p. 39).

Partindo de uma perspectiva de que todos são agentes históricos, o que inclui os vencidos, o trabalho tem por foco a ausência de importantes

movimentos sociais brasileiros nesse sistema apostilado, além de tentar sondar suas possíveis razões. É importante resgatá-los e socializá-los através do ensino de história de forma a tencionar o mito do povo brasileiro pacífico e de sua história sem guerras ou lutas. Com isso, é importante que as obras destinadas a estudos históricos levem em consideração a memória de lutas de inúmeros brasileiros pelas mudanças das estruturas.

Da mesma maneira que também é preciso observar criticamente os interesses mercadológicos que têm envolvido a educação pública e o enorme negócio que se transformou a venda de sistemas de ensino, assunto recente e pouquíssimo estudado, talvez devido ao enorme interesse político e financeiro que o envolve.

A elaboração de material didático implica uma seleção de conteúdos e uma opção teórico-metodológica.

Será que as ausências mencionadas podem ser explicadas por descuido ou questões ideológicas?

A fonte documental que embasa este trabalho é a apostila de História do 9º ano da Editora Positivo, sistema apostilado “Aprende Brasil”, que é dividida em quatro volumes, de acordo com os bimestres letivos. A autoria dos dois volumes analisados é de CORDEIRO (2008), no entanto para melhor caracterizar o material como pertencente a um sistema amplo, as citações serão feitas em nome do sistema de ensino Positivo Aprende Brasil. Iniciamos a análise com o volume I, cujo assunto é República Velha, momento onde, de acordo com a historiografia nacional deveria constar o movimento social do Belo Monte (Canudos). A primeira pista que temos é uma referência ao Segundo Reinado:

O período denominado Segundo Reinado, correspondente ao governo de D. Pedro II, embora tenha sido próspero para a economia, marcou uma crise política que desencadeou a queda da monarquia e a mudança para República no Brasil (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p37).

A partir deste trecho já é possível perceber qual é opção historiográfica da apostila. Não há menção do povo, nem distinção social. O Segundo Reinado foi

próspero para quais grupos? De acordo com esta visão histórica do Brasil o que importa é que a economia estava próspera, não se lembra do Poder Moderador, que era uma forma de o imperador ser autoritário e quase absoluto, que foi amplamente dominado pelos “saquaremas”, ou seja, pelo partido conservador, formado por escravistas, sobretudo Vale-paraibanos (que coincidência!); momento da Revolução Praieira, da Revolta do Ronco da Abelha, da Revolta do Quebra-quilos, da chamada “Guerra das Mulheres” dos “Mucker”, da “lenta” e incompleta passagem do trabalho escravo para o trabalho “livre”, que contou com o endividamento de muitos imigrantes e com o abandono dos negros à sua própria sorte, enfim, dizer que o governo do Segundo Reinado foi próspero para a economia nacional não é o adjetivo mais apropriado para sintetizar o momento histórico. É quase um saudosismo à monarquia.

Continuemos nossa leitura. No quadro da República brasileira, exposto na página 37, a República Oligárquica ou do Café-com-leite é chamada unicamente de República do Café, fato que pode ser relevante no sentido de mostrar, a opção regionalista e urbana da história, deixando de lado até mesmo a participação dos fazendeiros mineiros no governo da República do café-com-leite ou no mínimo é uma falta de atenção, revisão textual.

Partimos para nosso objetivo principal que é a análise da ausência, sendo assim, a página a ser analisada é a 42, onde há o subtítulo: “Movimentos sociais da República Velha”. Seria aqui o momento para referências à Guerra de Canudos. Mas foi encontrado apenas a seguinte citação: “A história da República Velha registrou muitas manifestações contra a realidade brasileira naquela época. Entre as reações daquele período, destacam-se as revoltas da Vacina e da Chibata” (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.42).

Segue um breve e superficial relato das duas revoltas. Apesar da inegável importância das duas revoltas, são coincidentemente urbanas e centradas no Rio de Janeiro. O relato da Revolta da Vacina é deprimente; não há menção à causa estrutural da revolta que foi a reforma urbana! A vacina obrigatória foi apenas um estopim para a situação de revolta da população mais pobre diante da expulsão do centro da cidade e a obrigatoriedade de pegar os restos dos cortiços e outras construções populares que foram derrubadas e fugir para o morro, dando origem às favelas (CHALHOUB,1996).

A apostila segue com um parágrafo tratando da Revolta da Chibata, novamente com superficialidade, e passa para outro subtítulo, deixando de lado não apenas a Guerra de Canudos, mas também a Guerra do Contestado e o Cangaço, todos movimentos rurais, reforçando a hipótese de uma visão historiográfica equivocada de olhar para o campo como o atraso. Parte para outro subtítulo: “A crise da oligarquia cafeeira”, onde relata o movimento tenentista, vale ressaltar, um movimento militar e proveniente da classe média.

A seguir, na página 46, segue com uma pretensão universalista e moderna, tratando do modernismo. Neste ponto do texto, é significativo o seguinte trecho:

O crescimento das cidades e o surgimento das primeiras indústrias também marcaram o início de importantes transformações socioeconômicas que foram, pouco a pouco, superando as velhas características de um país que, no início do século XX, ainda era agrário e cuja estrutura de poder estava ultrapassada (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.46).

Nota-se o agrário como equivalente de ultrapassado e atrasado. Lembrando que muitas das velhas características que o autor diz que foram pouco a pouco superadas continuam presentes até hoje, tais como latifúndio, coronelismo, compra de votos, paternalismo, racismo, péssimas condições de trabalho e desigualdade de oportunidades. É preciso lembrar que o agrário é fonte de sobrevivência e de matéria-prima para as indústrias. Além do que, a rica cultura popular presente no campo merece ser preservada e valorizada.

No relativo aos exercícios, passamos à comprovação da hipótese levantada no início do trabalho, a saber, que a apostila tem uma preferência pela história política e uma perspectiva de história oficial (p.47).

Encontramos ainda a seguinte atividade: “Escolha um dos temas a seguir e faça uma pesquisa, anotando em seu caderno os dados coletados” (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.48).

Trata-se de uma proposta de trabalho acrítica, sem a exigência de reflexão por parte do aluno, apenas a anotação em seu caderno, é a tarefa do copiar e colar. Além disso, são indicações de pesquisa como se fossem temas de apoio, onde estão, na mesma lista, Santos Dumont e o Cangaço. O cangaço foi um movimento complexo que durou décadas, envolveu muitas pessoas e merecia ter um lugar, juntamente com a Guerra de Canudos, no corpo do texto.

Esta, nem mereceu ser lembrada entre os temas de pesquisa propostos. Vale lembrar ainda que Santos Dumont pertencia à elite paulistana, herdeira dos barões do café.

Enfim, terminamos o volume I da apostila onde há a pretensão de tratar da República Oligárquica sem nenhum traço da existência do movimento canudense.

Passemos então para o volume III, onde verificaremos o período da Ditadura Militar no Brasil. O objeto em questão tem como subtítulo: “Os governos militares”, escolha que demonstra claramente a opção política da autoria do material. Apesar de assumir a tomada de poder pelos militares como golpe, em nenhum momento utiliza a palavra ditadura, mas utiliza um eufemismo ao referir-se ao momento, dizendo que o mesmo “não pode ser caracterizado como um regime democrático” (p.35).

Seguem-se várias subdivisões do capítulo deixando clara a perspectiva histórica adotada, a saber, o foco na política e nos grandes personagens e a utilização de um formato de história oficial: “Organização do Estado brasileiro após o golpe”, “O governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967)”(p.35-39) e segue o mesmo formato no capítulo todo. Notável o seguinte trecho: “Organizado, o Supremo Comando da Revolução, composto por ministros militares, decretou no dia 9 de abril o Ato Institucional nº1(...)” (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.35).

Diante da utilização do termo “Revolução”, temos duas alternativas: ou o material didático adota a posição de que o golpe de 64 foi uma Revolução, o que demonstraria uma posição política autoritária e violenta, ou faltou capacidade profissional em adequar o material\texto aos alunos que serão seu público-alvo. Imaginem um aluno que nunca ouviu falar da ditadura militar, lendo o texto e de repente há a menção acrítica de um “Supremo Comando da Revolução”! Certamente ficará com muitas dúvidas, posto que, em nenhum momento ficou explicado ao leitor que o golpe era chamado pelos militares que o fizeram de Revolução.

Continuando a análise, partimos para o governo de Costa e Silva, onde novamente há outro parágrafo problemático: “Durante o regime militar, apesar da

política repressiva, ocorreu a modernização do país, especialmente nas comunicações. A Embratel, criada em 1965, possibilitou a integração nacional” (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.36.).

Donde, a política repressiva é apenas um detalhe (*apesar*), o que verdadeiramente importa é que o país se modernizou nesse período, como se fosse um “mal necessário”. Importante dizer ainda que a Embratel não integrou a nação toda, uma enorme massa de pessoas não pôde desfrutar dessas vantagens, basta uma mínima pesquisa histórica sobre o período que teremos esta constatação.

No próximo subtópico, Governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), momento em que ocorreu a Guerrilha do Araguaia e outros movimentos armados, além do recrudescimento da repressão e tortura é abordado justamente como: “O governo Médici foi o ponto máximo do regime militar” (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.38). Não fica claro o sentido de tal afirmação. Da mesma maneira, não desenvolve os tipos de oposição, de que maneira lutavam, entre outras características, quedando dessa maneira, parecer um “detalhe” de menor importância histórica todas as lutas de diversos setores contra esse período obscuro da História Nacional. Vejamos:

A associação entre os interesses dos integrantes do Exército brasileiro e da classe dominante com o capital estrangeiro, que se fez a partir do golpe, desestruturou qualquer oposição aos seus projetos, desde as manifestações estudantis até a reação armada, que se verificou de forma mais intensa entre 1968 e 1974 (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.38).

É o único momento em que menciona a luta armada. Mas não a explica, não diz o que foi, nem que existiram movimentos guerrilheiros no campo e nas cidades, joga uma série de informações sem desenvolvê-las. A prisão, tortura e assassinato são tratados como “desestruturação da oposição” como se essa atitude tivesse sido meramente política e não física.

O texto segue discorrendo sobre o milagre econômico, onde, felizmente há uma crítica, ainda que sutil, ao milagre, destacando que se tratava de um crescimento construído sobre bases frágeis.

Finalmente, chegamos ao governo Geisel:

Nem todos concordavam com a abertura de Geisel. Em outubro de 1975, foi divulgado o ‘suicídio’ do jornalista Vladimir Herzog na cela de um órgão do

II Exército, em São Paulo. Em janeiro de 1976, o assassinado foi o operário Manuel Fiel Filho. Geisel reagiu demitindo o comandante do II Exército. Lentamente, a democracia ia sendo restaurada, inclusive com a revogação do Ato Institucional nº5 (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p. 38).

Trata-se de um parágrafo extremamente confuso! Ao mesmo tempo em que cita as mortes de Herzog e Manuel Filho, diz que a democracia estava sendo restaurada. Não explica o caso Herzog, supondo que a utilização de aspas será suficiente para entender que foi barbaramente torturado e morto e que depois forjaram vergonhosamente seu suicídio.

Vejamos o parágrafo que trata do papel da Igreja Católica contra o regime militar: “Amplios setores da Igreja Católica combateram os excessos do regime militar” (POSITIVO APRENDE BRASIL, 2008, p.39).

Não se sabe como, não há explicitação de casos. Não menciona os inúmeros casos de padres e outros religiosos presos e torturados pela ditadura, alguns perdendo a vida, como Frei Tito e tantos outros. “Combateram os excessos”. O que pretendia dizer com isso? Por que não dizer que alguns membros da Igreja combateram a violência do regime, a tortura, a falta de liberdade? Seria uma opção político-ideológica de pretensa neutralidade?

Por fim, no trecho dedicado ao Governo de João Batista Figueiredo (p. 39) há uma descrição de um “final feliz” típico dos contos de fada. Não são mencionados os desaparecidos políticos, os crimes cometidos pela ditadura. Para finalizar, temos dois exercícios da página 39 incompletos e generalizantes para o estudo de um momento tão importante da História Nacional e onde não há nem sombra do nome Guerrilha do Araguaia.

Observamos neste trabalho como um material didático impresso, denominado sistema de ensino, condena movimentos sociais importantes da história nacional à simples não existência, contrariando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) segundo os quais o ensino de história deve primar pela emancipação humana, pela promoção do debate e o respeito mútuo e não a disciplinarização robótica dos alunos, como equivocadamente pensam alguns.

Porém, torna-se difícil promover a democracia, a emancipação e o efetivo

exercício da cidadania se o sistema de ensino tem desprezado movimentos históricos importantes de luta pela conquista da cidadania.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. A própria história teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito (MÉSZÁROS, István, 2007, p. 202).

Portanto, de acordo com este raciocínio, não é de se estranhar as ausências de movimentos que demonstram uma alternativa à situação sistêmica do capital, em uma empresa que tem por mercadoria a venda de materiais e de todo um sistema de ensino.

Daí se explica também a deturpação da Revolta da Vacina como sendo causada unicamente pela ignorância da população mais pobre diante dos avanços de uma ciência pretensamente neutra. Em outras palavras, o discurso que se encontra por trás disso é de que as pessoas que se revoltam são ignorantes, pois não entendem que as forças governamentais pretendiam o bem-estar geral ao impor a vacinação obrigatória.

Por isso os movimentos sociais são apagados (Guerra de Canudos e Guerrilha do Araguaia) ou deturpados (Revolta da Vacina) e o ensino de História acaba confundindo-se com um discurso de história onde a exploração e exclusão seriam decorrentes de uma ordem natural (e, portanto inalterável) e qualquer um que tentasse tencionar essa ordem ou propor alternativas seria ou louco ou ignorante.

A escola é o microcosmo da sociedade e como tal reflete as disputas sociais e os diversos interesses político-econômicos. Historicamente verifica-se essa situação: tomando como exemplo a escola durante o feudalismo, é possível perceber que a intenção dessa escola não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, sobretudo, mantê-las dóceis e conformadas com a situação de exploração a que eram expostas.

Sendo assim, quando ocorre a ausência de movimentos populares significativos e que demonstram a materialização da crise da exploração de uma classe sobre outra, claro está que o conhecimento não é democratizado. Mais do que isso, reflete a camuflagem que a rede de educação, ao usar esse material didático faz com as contradições do capitalismo.

Dentro do capitalismo também, a escola tem nitidamente a função de tecnização, disciplinarização e docilização do indivíduo. Desde que a propriedade privada e a ordem social não sejam questionadas, o objetivo é universalizar a educação, “democratizá-la” (ao menos no discurso). Contudo, os movimentos sociais são, por definição, contestadores da ordem estabelecida. É preciso resgatar a história dos movimentos sociais e disseminá-la no contexto escolar, para que essas lutas que incomodaram tanto os poderosos e que, como fantasmas, continuam a assombrar sirvam de exemplo para que a sociedade saiba que a História não está reservada para os poderosos mas é feita por todos, porque contrariando a violência física e a ideológica que condena sua história à não existência, flores continuam nascer furando o asfalto duro...

“Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.”
(DRUMMOND, 1940)

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Editora Europa\América, 1965.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, Carlos. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia** - polêmicas de nosso tempo. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

Fonte

CORDEIRO, Lysvania Villela. **História das Sociedades**: 9º ano, 8ª série. Curitiba: Positivo, 2008. **Sistema de Ensino Aprende Brasil**. Adaptação dos originais de: Rogério Bastos Vieira.

1 O presente artigo é uma retomada do assunto tratado na monografia de conclusão da especialização “Mídias na Educação”, concluída em 2013 pelo Instituto Federal de Santa Catarina.

* Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (2006), pedagoga pela Universidade de Taubaté (2012) e atualmente participa do programa de pós-graduação (mestrado) em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina com bolsa do CNPQ, orientada pela professora Dr^a Aline Dias da Silveira.